



EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
Rua Senador Alencar, - Bairro Centro, Fortaleza/CE, CEP 60030-905
Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - http://www.correios.com.br

MINUTA DE CONVÊNIO

Processo nº 53171.008465/2018-41

Convênio que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para os fins que abaixo especifica (Processo Administrativo nº 8517030-80.2018.8.06.0000).

CV Nº 01/2019

CONVÊNIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PROTOCOLO POSTAL - SPP, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.

CONVENIADO:

Denominação/Nome por extenso: TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO CEARA		
CNPJ/MF: 09.444.530/0001-01	Inscrição Estadual: ISENT0	
SIGLA/Nome resumido: GABINETE DO PRESIDENTE	Ramo de Atividade: 84.23-0-00 - Justiça	
Endereço: AV MINISTRO JOSE AMERICO, S/N - CAMBEBA - MESSEJANA		
Cidade: FORTALEZA	UF: CE	CEP: 60.830-070
Telefone: (85) 3207-7000	FAX:	
Endereço Eletrônico: PRESIDENCIA@TJCE.JUS.BR, gilbertors@tjce.jus.br		
Nome do Representante Legal: FRANCISCO GLADYSON PONTES		
Cargo/Função: PRESIDENTE	RG: 2006010160329 SSP/CE	CPF: 037.768.243-87

CONVENIENTE:

CORREIOS – Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969.		
Razão Social: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS		CNPJ/MF: 34.028.316/0010-02
Endereço: RUA SENADOR ALENCAR, 38 - CENTRO		
Cidade: FORTALEZA	UF: CE	CEP: 60.002-900

Endereço Eletrônico: GRVE-CE@CORREIOS.COM.BR		Telefone: (85) 3255-7160
Representante Legal I: ROGÉRIO VIANNA MOREIRA DOS SANTOS		
RG: 8577D CREA DF	CPF: 510.045.181-53	
Representante Legal II: MÔNICA DE BARROS NASCIMENTO		
RG: 051938264DICRJ	CPF: 816.217.527-04	

As partes, acima identificadas, têm, entre si, justo e avençado e celebram por força do presente instrumento, elaborado conforme disposto na Lei 8.666/93, **CONVENIO** para prestação de serviços, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente convênio tem por objeto a prestação pela ECT ao CONVENIADO, do Serviço de Protocolo Postal - SPP, o qual consiste no recebimento, protocolo, transporte e entrega de petições, recursos e documentos, exclusivamente em território nacional, endereçados aos órgãos jurisdicionados ao CONVENIADO.

1.2 A captação do Serviço de Protocolo Postal ocorrerá nas unidades de atendimento da ECT, na modalidade SEDEX à vista ou a faturar.

2 CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONVENIADO

O CONVENIADO se compromete a:

2.1 Divulgar o Serviço Protocolo Postal - SPP na mídia, junto aos órgãos sob sua jurisdição e demais instituições que tenham interesse em utilizar-lo, fornecendo, às suas expensas, o material utilizado para divulgação.

2.2 Reconhecer como de fé pública, o recibo de postagem personalizado fornecido pela ECT, para efeito de comprovação de protocolo de petições, recursos e documentos.

2.3 Controlar a utilização dos serviços por parte de seus representantes credenciados.

2.3.1 Por representantes credenciados entendam-se os órgãos, filiais, ou, no caso de holding dessa e de suas empresas controladas, cuja utilização do convenio seja autorizada pela ECT.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA ECT

A ECT se compromete a:

3.1 Receber as petições, recursos ou documentos postados na modalidade de encomenda SEDEX definida na Cláusula Primeira do presente convênio;

3.2 Executar o serviço por meio da rede de atendimento própria e terceirizada, de acordo com dias e horários de funcionamento estabelecidos;

3.3 Emitir comprovante de postagem e afixá-lo na petição/ recurso ou documento;

3.4 Fornecer ao remetente, o comprovante de postagem emitido pela unidade de atendimento.

3.5 Transportar e entregar as encomendas nos endereços indicados, de acordo com os prazos previstos no site www.correios.com.br e mediante recibo, a qualquer pessoa civilmente capaz, que se apresentar para recebê-las;

3.6 Guardar sigilo absoluto sobre os documentos, informações e programas envolvidos com os serviços prestados ao CONVENIADO, nas condições expressas nos artigos 5º e 6º, da Lei 6.538 de 22/06/1978.

4 CLÁUSULA QUARTA - DAS MODALIDADES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1 O pagamento pelos serviços prestados por meio do presente convênio poderá ser à vista ou a faturar conforme opção do cliente.

4.1.1 O pagamento na modalidade a faturar será possível somente para clientes com contrato SEDEX.

4.2 As condições de pagamento na modalidade a faturar são as mesmas estabelecidas no contrato de prestação de serviço SEDEX firmado com o CONVENIADO.

Não caberá ao CONVENIADO qualquer participação nas despesas, custos, lucros ou prejuízos decorrentes dos serviços prestados pela ECT na execução do objeto deste convênio.

5 CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 O prazo de vigência do presente convênio será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo prorrogar-se por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que não haja manifestação formal em contrário por uma das partes com prova de recebimento, até 30 (trinta) dias corridos antes do término da vigência do período.

6 CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 O presente convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo:

6.1.1 Por interesse de qualquer uma das partes e mediante comunicação formal com prova de recebimento e aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias;

6.1.2 Por inadimplemento; e

6.1.3 Na hipótese de ocorrer qualquer das situações e formas previstas no bojo dos artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93;

6.2 Quando ocorrer interesse público, a ECT poderá rescindir unilateralmente o convênio, nos casos especificados no inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93, nos termos do art. 58, II, combinado com parágrafo 3º do artigo 62, do mesmo Estatuto Licitatório;

6.3 No caso de rescisão, fica assegurado à ECT o direito de recebimento dos valores correspondentes aos serviços prestados até a data da rescisão, de acordo com as condições de pagamento estabelecidas no contrato SEDEX firmado com o CONVENIADO.

6.4 Quando da rescisão fica garantida ao CONVENIADO, a devolução de seus objetos e valores devidos, se for o caso.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - DA APROVAÇÃO E DISPENSA DE LICITAÇÃO

7.1 O presente convênio terá validade após aprovado pelos órgãos competentes do CONVENIADO e da ECT;

7.2 Para a prestação dos serviços a que se refere o presente convênio, a realização de licitação e a prestação de garantia foram dispensadas com base no caput do Artigo 24, Inciso VIII, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

8.1 Caberá ao CONVENIADO providenciar, por sua conta, a publicação resumida deste instrumento de convênio e seus aditamentos, na imprensa oficial e no prazo legal, encaminhando à ECT cópia da publicação.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**9.1 A ECT não se responsabiliza:**

9.1.1 Pela demora na execução de qualquer serviço, resultante de omissão ou erro por parte do **CONVENIADO**;

9.1.2 Por prejuízos indiretos e benefícios não-realizados;

9.1.3 Por objeto que, no todo ou em parte, seja confiscado ou destruído por autoridade competente, desde que haja comprovação documental;

9.2 A responsabilidade da ECT cessa, nas seguintes condições:

9.2.1 Quando o objeto tiver sido entregue no endereço do destinatário, a quem de direito ou restituído ao **CONVENIADO**;

9.2.2 Terminado o prazo para a reclamação, previsto para o serviço SEDEX;

9.2.3 Em caso fortuito ou de força maior (catástrofes naturais, greve, revolução, motim, tumulto e qualquer outro movimento de natureza popular), regularmente comprovados, impeditivos da execução do Convênio;

9.2.4 Nos casos de paralisação da jornada de trabalho independentemente de sua vontade;

9.3 Em caso de extravio, perda ou espoliação de objetos, a responsabilidade da ECT está limitada aos preços postais mais o valor de indenização constante da Tabela de Preços e Tarifas de Serviços Nacionais;

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste convênio, será competente o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária da cidade de Fortaleza/CE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Por estarem justos e acertados, assinam o presente Convênio em uma via de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo:



Documento assinado eletronicamente por **Monica de Barros Nascimento, Chefe de Departamento**, em 08/11/2018, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Vianna Moreira dos Santos, Superintendente Executivo**, em 08/11/2018, às 22:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Joao Claudemir Vasconcelos, Técnico de Correios PI - Operacional**, em 09/11/2018, às 09:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Wagner Gomes de Oliveira, Agente de Correios - Suporte (Assistente Administrativo)**, em 09/11/2018, às 09:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Gladysson Pontes, Usuário Externo**, em 13/11/2018, às 17:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.correios.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3831860** e o código CRC **06B48B54**.

Referência: Processo nº 53171.008465/2018-41

SEI nº 3831860

